

Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes e Controlada

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 15 às demonstrações financeiras, que indica que parte substancial das transações é efetuada com partes relacionadas de acordo com as condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 20 de março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Paulo Ferreira Silveira

Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.372	11.506	27.515	14.202	Fornecedores	12	27.785	42.769	34.899	51.680
Contas a receber de clientes	5	40.489	55.675	49.576	69.341	Empréstimos e financiamentos	13	75.013	25.743	98.021	47.695
Estoques	6	406.626	341.906	574.065	473.821	Instrumentos financeiros derivativos	23	21.285	-	21.008	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	5.887	-	7.321	Salários, provisões e encargos sociais		7.281	6.121	8.255	7.275
Tributos a recuperar	7	29.921	34.136	43.236	40.249	Impostos e contribuições a recolher		1.300	1.098	1.565	1.491
Outros créditos		19.209	2.038	25.597	6.529	Dividendos a pagar		825	825	825	825
Total dos ativos circulantes		<u>522.617</u>	<u>451.148</u>	<u>719.989</u>	<u>611.463</u>	Adiantamentos de clientes	18	73.329	61.243	91.356	89.419
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber de clientes	5	7.397	8.629	7.397	8.629	Partes relacionadas	15	568.375	502.681	846.994	697.069
Partes relacionadas	15	39.847	41.646	556	556	Empréstimos e financiamentos	13	71.885	81.292	78.453	89.789
Tributos a recuperar	7	36.399	20.804	58.246	47.105	Arrendamento mercantil	17	1.772	-	3.586	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	62.239	52.188	95.099	84.059	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	3.509	2.420	3.609	2.547
Depósitos judiciais	16	149	171	204	388	Total dos passivos não circulantes		<u>645.541</u>	<u>586.393</u>	<u>932.642</u>	<u>789.405</u>
Outros créditos		-	-	2.839	1.581	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimento em controlada	8	217.066	253.924	-	-	Capital social	19	304.906	304.906	304.906	304.906
Propriedade para investimento	9	1.624	1.624	1.624	1.624	Ajustes de avaliação patrimonial		9.526	9.900	9.526	9.900
Ativo de direitos de uso	17	2.202	-	4.287	-	Prejuízos acumulados		<u>(148.323)</u>	<u>(98.531)</u>	<u>(148.323)</u>	<u>(98.531)</u>
Imobilizado	10	123.304	113.158	260.575	251.395	Total do patrimônio líquido		<u>166.109</u>	<u>216.275</u>	<u>166.109</u>	<u>216.275</u>
Intangível	11	7.361	5.622	206.162	206.397	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		<u>497.588</u>	<u>497.766</u>	<u>636.989</u>	<u>601.734</u>			<u>1.020.205</u>	<u>948.914</u>	<u>1.356.978</u>	<u>1.213.197</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.020.205</u>	<u>948.914</u>	<u>1.356.978</u>	<u>1.213.197</u>			<u>1.020.205</u>	<u>948.914</u>	<u>1.356.978</u>	<u>1.213.197</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$ - exceto o resultado básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	1.588.225	1.331.537	2.018.843	1.788.419
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	21	(1.510.677)	(1.263.341)	(1.941.046)	(1.683.906)
LUCRO BRUTO		77.548	68.196	77.797	104.513
RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas comerciais	21	(14.731)	(7.443)	(19.225)	(13.348)
Despesas gerais e administrativas	21	(19.073)	(14.149)	(27.096)	(22.805)
Honorários da Administração	15.2 e 21	(3.800)	(5.117)	(3.800)	(5.117)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	2.191	(4.974)	2.764	(2.664)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(36.858)	(30.400)	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		5.277	6.113	30.440	60.579
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	4.619	5.257	5.174	6.309
Despesas financeiras	22	(39.257)	(27.380)	(51.398)	(39.744)
Variação cambial	22	(30.856)	(83.592)	(45.422)	(125.994)
Total do resultado financeiro		(65.494)	(105.715)	(91.646)	(159.429)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(60.217)	(99.602)	(61.206)	(98.850)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	10.051	4.918	11.040	4.166
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(50.166)	(94.684)	(50.166)	(94.684)
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		(20,50)	(38,70)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)



	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(50.166)	(94.684)	(50.166)	(94.684)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(50.166)</u>	<u>(94.684)</u>	<u>(50.166)</u>	<u>(94.684)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)



	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	304.906	10.363	(4.310)	310.959
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(463)	463	-
Prejuízo do exercício	-	-	(94.684)	(94.684)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	304.906	9.900	(98.531)	216.275
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(374)	374	-
Prejuízo do exercício	-	-	(50.166)	(50.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>304.906</u>	<u>9.526</u>	<u>(148.323)</u>	<u>166.109</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(50.166)	(94.684)	(50.166)	(94.684)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação	10	11.221	9.984	14.780	14.061
Amortização de intangível	11	2.002	1.665	2.217	1.881
Amortização de direitos de uso	17	1.154	-	1.602	-
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	21	-	-	3.388	3.514
Amortização dos custos de captação	13.2	222	222	222	222
Resultado de equivalência patrimonial	8	36.858	30.400	-	-
Ajuste a valor presente, líquido	22	19.953	16.284	27.092	26.086
Juros e variações monetárias sobre partes relacionadas	15	40.586	69.796	55.323	109.716
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	13.2	12.221	18.546	15.407	23.363
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	17	306	-	569	-
Contas a pagar por aquisição de participação societária		-	(861)	-	(861)
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	22, 23.5	5.502	5.978	5.499	11.039
Resultado na baixa de ativo imobilizado e direito de uso	10, 17 e 21	544	(141)	727	517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(10.051)	(4.918)	(11.040)	(4.166)
Constituição (reversão) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5, 21	1.018	(3.721)	1.275	(3.211)
Perdas estimadas em ativo imobilizado	10, 21	474	76	465	119
Perda estimada em estoques	6	147	-	466	-
Constituição (reversão) para perda de outros ativos	21	(134)	270	44	(960)
Perda efetiva de outros ativos	21	379	-	661	955
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16, 21	1.089	372	1.062	431
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		18.973	(16.688)	23.742	(18.002)
Estoques		(88.638)	(85.191)	(132.188)	(145.015)
Tributos a recuperar		(27.603)	(13.442)	(33.273)	(18.257)
Depósitos judiciais		22	1.809	184	1.693
Outros créditos		(17.302)	195	(20.810)	(2.269)
Fornecedores		(13.349)	24.045	(15.146)	26.637
Salários, provisões e encargos sociais		1.160	2.019	981	2.231
Impostos e contribuições a recolher		16.258	(6.467)	18.901	(8.166)
Adiantamentos de clientes		12.086	39.120	1.937	18.330
Outras contas a pagar		(7.349)	7.683	(7.872)	6.752
Juros pagos	13.2	(7.902)	(3.641)	(10.568)	(5.407)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(40.319)</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(104.519)</u>	<u>(53.451)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
(Aplicação) resgate de aplicações financeiras		-	3.580	-	3.580
Receita com venda de ativo imobilizado	21	95	-	139	487
Adições ao ativo imobilizado	10	(24.027)	(24.033)	(28.423)	(29.747)
Adições ao intangível	11	(3.741)	(2.750)	(3.741)	(2.751)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(27.673)</u>	<u>(23.203)</u>	<u>(32.025)</u>	<u>(28.431)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Instrumentos financeiros derivativos liquidados	22, 23.5	21.670	(6.125)	22.830	(8.799)
Captação de empréstimos e financiamentos	13.2	49.370	17.500	62.121	36.756
Amortização de empréstimos e financiamentos	13.2	(14.048)	(18.608)	(28.192)	(40.978)
Pagamento de arrendamento mercantil	17	(1.244)	-	(1.828)	-
Captação com partes relacionadas		27.110	18.731	94.926	70.813
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>82.858</u>	<u>11.498</u>	<u>149.857</u>	<u>57.792</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>14.866</u>	<u>(12.995)</u>	<u>13.313</u>	<u>(24.090)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	11.506	24.501	14.202	38.292
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	26.372	11.506	27.515	14.202
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>14.866</u>	<u>(12.995)</u>	<u>13.313</u>	<u>(24.090)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída como uma sociedade por ações de capital fechado, a Cibrafertil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia" ou "Grupo") está localizada no COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), município de Camaçari, estado da Bahia, e tem por objeto social a produção, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos, desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentadas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e abrangem a Companhia e sua subsidiária integral Agro Industrial São Luiz Ltda. ("Investida", "Controlada" ou "Agro Industrial").

A Agro Industrial São Luiz Ltda. é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo principal objetivo é o processamento, comercialização, importação, exportação, ensaque e armazenagem de fertilizantes, elementos simples e minerais. As formulações dos seus compostos variam dependendo da necessidade de cada cliente, região e cultura. Suas atividades preponderantes consistem na industrialização de fertilizantes minerais ou químicos e na prestação de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava prejuízo do exercício de R\$50.166 (R\$94.684 em 31 de dezembro de 2018) e prejuízos acumulados de R\$148.323 (R\$98.531 em 31 de dezembro de 2018). A Administração prevê a geração de caixa decorrente de sua operação comercial em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia, lucros futuros e o aporte dos acionistas para buscar o equilíbrio econômico e financeiro da Empresa. Além disso, a Administração da Companhia vem implementando ações alinhadas com o seu planejamento estratégico, cujos principais focos se concentram em:

- Consolidação dos padrões de qualidade da marca "Cibra".
- Em 2019, a Administração atualizou a política de Risco, visando uma gestão mais eficiente do risco/exposição cambial e commodities.
- Disponibilidade de aportes de capital social por parte do acionista da Companhia.
- Adoção de processos que permitam melhoria contínua e consequente percepção de qualidade por parte dos clientes.
- Continuidade no processo de aprimoramento dos níveis de governança corporativa.
- Redução de custos, incremento das vendas e, conseqüentemente, melhores margens brutas.
- Readequação da estratégia comercial da Companhia, focando em clientes estratégicos, diversificando e adicionando clientes de médio e pequeno porte que agreguem margem e que comprem produtos diversificados.
- Recebimento de suporte por parte dos acionistas da Companhia.

A Administração entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentada

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia anualmente efetua o teste de recuperação de seus ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável dos ativos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para o período de 10 anos e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 10.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração, aumento no volume de vendas de fertilizantes, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

A empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com a controlada são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessa controlada e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

As novas normas a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia as adotou conforme mencionado abaixo.

3.1.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A Companhia e sua controlada avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma, conforme nota explicativa nº 17.

3.1.2 Normas a entrar em vigor a partir de 2020

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. A seguinte norma foi revisada pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2019:

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia e sua controlada não será afetado por essas alterações na data de transição.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Custo amortizado: contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e adiantamentos de clientes.
- Valor justo por meio de resultado: instrumentos financeiros derivativos e caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia e sua controlada avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

3.3. Derivativos

A Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a variações de moedas estrangeiras. A Companhia e sua controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, bem como não realiza operações envolvendo os chamados "derivativos exóticos".

Como gestão da sua política de proteção, a Companhia e sua controlada utiliza instrumentos financeiros derivativos ("Non-Deliverable Forward - NDFs" e "swaps" cambiais) com o objetivo das obrigações com fornecedores estrangeiros e dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e, para tanto, contrata operações nos mercados futuros para proteção das oscilações no valor justo das operações realizadas em moeda estrangeira.

O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e/ou associada à mitigação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas "versus" as condições vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Contas a receber de clientes

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda em créditos esperadas, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A provisão para perda em créditos esperadas, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.6. Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.7. Propriedade para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedade para investimento" representa o valor ao custo dos investimentos realizados em terras pela Companhia.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do terreno (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

3.8. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como gastos com manutenções relevantes, à medida que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia.

Em virtude da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência das práticas brasileiras às internacionais, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia procedeu à avaliação de parte de seus ativos pelo custo atribuído ("deemed cost") conforme facultado pela interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Os efeitos da atribuição do novo custo dos ativos mencionados tiveram como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, já deduzidos os efeitos fiscais estimados.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" no resultado.

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas a seguir, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

<u>Natureza do ativo</u>	<u>Vida útil em anos</u>
Edificações	25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

3.9. Ativo de direito de uso e arrendamento mercantil

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento.

A Companhia avaliou os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma. A informação comparativa apresentada para 31 de dezembro de 2018 segue o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas, seguindo a abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia e sua controlada avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Ativo de direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e sua controlada usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

3.10. Ativo intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados pelo ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

3.11. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

3.12. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

3.13. Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14. Empréstimos e financiamentos

São inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que, na data do vencimento, o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.15. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (ver nota explicativa nº 16).

3.16. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos de clientes (venda de fertilizantes) e de partes relacionadas (importações de matéria-prima) foram calculados considerando o prazo de vencimento das faturas, utilizando, para o saldo de clientes, a taxa de juros Certificado de Depósitos Interbancários - CDI e, para o saldo de contas a pagar por compra de matéria prima, a taxa de juros média de 5% a.a. As taxas utilizadas pela Companhia são compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

3.18. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

3.18.1 Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

3.19. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Âmbito estadual

No estado de Goiás crédito outorgado de 5% sobre a base de cálculo das saídas interestaduais de fertilizantes.

No estado da Bahia a Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - Desenvolve", conforme apresentado a seguir:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições no Estado da Bahia e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme regulamento do ICMS Desenvolve.
- Concessão do prazo de 12 anos para fruição dos benefícios, contados a partir da data de sua concessão.
- Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 85% da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com regulamento do ICMS Desenvolve.

No que tange à dilação de prazo de 72 meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% restantes à título de ICMS.

Âmbito federal

A Companhia goza, no estado da Bahia, de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, para o período de 10 anos a contar da data de sua concessão, obtidos da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Esse benefício é registrado como receita no resultado durante o período necessário para confrontar a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de lucros.

3.20. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável do exercício, com elaboração de balanço anual ajustado pelas adições e exclusões admitidas, quando necessário, de acordo com a legislação tributária brasileira, às alíquotas de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos diferidos foram reconhecidos e gerados pelas diferenças temporárias existentes, tendo sido considerada a capacidade de sua realização. Os tributos relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e não no resultado.

PIS e COFINS

A Companhia apura o PIS e a COFINS pelo regime não cumulativo. Contudo, as receitas de venda não são tributadas, pois na venda de adubos ou fertilizantes a alíquota está reduzida a zero, conforme Lei nº 10.925/04 e Decreto nº 5.630.

A Companhia, além de ter receitas com a incidência de alíquotas de PIS e COFINS reduzidas a zero, também possui outras receitas, tributadas pelo regime não cumulativo pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota combinada de 9,25%.

Adicionalmente, com a edição do Decreto nº 8.426/15, o Governo Federal reestabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo. Assim, a partir de 1º de julho de 2015, as receitas financeiras auferidas pela Companhia e sua controlada, anteriormente beneficiadas com alíquota zero, passam a estar sujeitas à incidência do PIS e da COFINS às alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente.

ICMS

Com relação as vendas dentro do Estado da Bahia, o Decreto nº 16.284, de 18 de agosto de 2015, alterou o benefício fiscal, retirando a isenção a partir de 1º de setembro de 2015 de modo que a alíquota efetiva corresponda a 4%.

Quanto às receitas de venda para outros estados da Federação, as mesmas estão sujeitas as alíquotas vigentes que montam uma alíquota média de aproximadamente 12%, de acordo com o Convênio ICMS nº 100/97 da CONFAZ, prorrogado até 30 de abril de 2020 pelo Convênio ICMS nº 198/2019. Nestas vendas fora do estado há a redução da base de cálculo em 70%.

3.21. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.22. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações potenciais diluidoras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	536	1.648	1.105	2.587
Aplicações financeiras	<u>25.836</u>	<u>9.858</u>	<u>26.410</u>	<u>11.615</u>
	<u>26.372</u>	<u>11.506</u>	<u>27.515</u>	<u>14.202</u>

As aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 59% do CDI na controladora e 58% do CDI no consolidado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de clientes	53.093	66.158	61.971	80.371
Ajuste a valor presente	(1.771)	(436)	(1.795)	(473)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.436)</u>	<u>(1.418)</u>	<u>(3.203)</u>	<u>(1.928)</u>
	<u>47.886</u>	<u>64.304</u>	<u>56.973</u>	<u>77.970</u>
Apresentados como:				
Circulantes	40.489	55.675	49.576	69.341
Não circulantes	<u>7.397</u>	<u>8.629</u>	<u>7.397</u>	<u>8.629</u>
	<u>47.886</u>	<u>64.304</u>	<u>56.973</u>	<u>77.970</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	29.803	49.104	37.996	62.405
Vencidas até 30 dias	5.472	317	6.162	1.042
Vencidas entre 31 e 120 dias	2.225	11.024	2.408	11.174
Vencidas há mais de 120 dias	111	5.151	389	5.151
Vencidas há mais de 360 dias	12.711	126	13.221	126
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.436)	(1.418)	(3.203)	(1.928)
	<u>47.886</u>	<u>64.304</u>	<u>56.973</u>	<u>77.970</u>

Não há saldos de contas a receber dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

5.1. Perdas estimadas em créditos

A Companhia e sua controlada estimam a perda de clientes com análise individual de eventos extraordinários que demandem alguma definição especial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia concluiu pela constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.018 (controladora) e R\$1.275 (consolidado). Em 31 de dezembro de 2018, concluiu pela reversão do montante de R\$3.721 (controladora) e R\$3.211 (consolidado).

A Administração entende que as perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	61.779	31.629	62.417	33.324
Matérias-primas	299.686	278.664	438.060	390.561
Adiantamento a fornecedores	3.278	8.200	3.461	9.496
Importações em andamento	34.074	14.341	60.054	27.883
Perdas estimadas em estoques	(147)	-	(466)	-
Outros	7.956	9.072	10.539	12.557
	<u>406.626</u>	<u>341.906</u>	<u>574.065</u>	<u>473.821</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia concluiu pela constituição de perdas estimadas em estoques no montante de R\$147 (controladora) e R\$466(consolidado). Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar (a)	27.920	26.330	46.039	45.172
Programa de Integração Social - PIS a recuperar (a)	11.979	8.179	16.442	12.216
Imposto de renda e contribuição social	16.328	14.472	22.894	20.506
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.065	5.955	16.079	9.454
Outros impostos a recuperar	28	4	28	6
	<u>66.320</u>	<u>54.940</u>	<u>101.482</u>	<u>87.354</u>
Circulantes	29.921	34.136	43.236	40.249
Não circulantes	<u>36.399</u>	<u>20.804</u>	<u>58.246</u>	<u>47.105</u>
	<u>66.320</u>	<u>54.940</u>	<u>101.482</u>	<u>87.354</u>

a) Crédito apurado de acordo com a Lei nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.833/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração pela não-cumulatividade. A Companhia e sua controlada efetuaram pedidos de restituição de tais créditos tributários no montante de R\$15.678 (controladora) e R\$18.371 (consolidado) e aguardam homologação da Receita Federal.

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

A composição da conta de investimento está assim demonstrada:

	Controladora	
	2019	2018
Agro Industrial São Luiz Ltda.	(71.931)	(38.462)
Mais-valia do imobilizado	90.479	92.108
Mais-valia do intangível	20.791	22.550
Ágio na aquisição de investimento	<u>177.727</u>	<u>177.727</u>
	<u>217.066</u>	<u>253.924</u>

Análise de "impairment" do ágio

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a revisão do valor recuperável de ágio utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 11,56% a.a. (31 de dezembro de 2018, 15,41% a.a.). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou provisão para perda do valor recuperável.

8.1. Informações sobre a investida

<u>Data base</u>	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Participação no capital</u>	<u>Patrimônio líquido (negativo) da investida</u>	<u>Prejuízo do exercício</u>
31/12/2019	210.519.784	100%	(71.931)	(33.470)
31/12/2018	210.519.784	100%	(38.461)	(26.886)

8.2. Movimentação do investimento

O quadro a seguir demonstra a movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	284.324
Resultado de equivalência patrimonial	(26.886)
Realização de mais valia	<u>(3.514)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	253.924
Resultado de equivalência patrimonial	(33.470)
Realização de mais valia	<u>(3.388)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>217.066</u></u>

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia possui terreno localizado no Estado de Mato Grosso/MT, oriundo da consolidação contratual de alienação fiduciária de saldo de contas a receber de clientes. Este terreno pode futuramente ser negociado com outras partes.

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Propriedade para investimento	<u>1.624</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>1.624</u></u>

A Administração da Companhia avaliou o efeito da determinação do valor justo da propriedade para investimento. A avaliação da propriedade para investimento levou em consideração, principalmente, premissas como preço médio do metro quadrado e localização. As análises efetuadas refletem a melhor estimativa da administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo, foi determinado um valor justo no montante de R\$1.979 para a data-base 31 de dezembro de 2019.

10. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos o mapa de movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro:

Controladora

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Perda</u> <u>estimada</u>	<u>2019</u>
								(a)		
Terrenos	16.005	-	-	-	16.005	332		2.200	-	18.537
Edificações e instalações	66.337	325	-	421	67.083	118	(34)	21.960	-	89.127
Máquinas e equipamentos	42.565	4.310	(1.250)	(3.645)	41.980	98	(1.014)	10.562	-	51.626
Outros	1.905	-	(243)	385	2.047	90	(65)	964	-	3.036
Veículos	21	45	-	227	293	-	(21)	-	-	272
Adiantamentos à fornecedores	1.027	1.415	-	-	2.442	-	(131)	(1.766)	-	676
Perda estimada	-	-	773	(849)	(76)	-	-	-	(474)	(550)
Imobilizado em andamento	6.384	17.938	(1)	(906)	23.415	23.389	-	(40.184)	-	6.620
Total do custo	<u>134.244</u>	<u>24.033</u>	<u>(721)</u>	<u>(4.367)</u>	<u>153.189</u>	<u>24.027</u>	<u>(1.265)</u>	<u>(6.133)</u>	<u>(474)</u>	<u>169.344</u>
Edificações e instalações	(10.894)	(2.389)	-	-	(13.283)	(2.845)	11	-	-	(16.117)
Máquinas e equipamentos	(23.481)	(7.268)	850	4.367	(25.532)	(8.006)	654	4.498	-	(28.386)
Outros	(880)	(287)	12	-	(1.155)	(316)	28	-	-	(1.443)
Veículos	(21)	(40)	-	-	(61)	(54)	21	-	-	(94)
Total da depreciação	<u>(35.276)</u>	<u>(9.984)</u>	<u>862</u>	<u>4.367</u>	<u>(40.031)</u>	<u>(11.221)</u>	<u>714</u>	<u>4.498</u>	<u>-</u>	<u>(46.040)</u>
Total líquido	<u>98.968</u>	<u>14.049</u>	<u>141</u>	<u>-</u>	<u>113.158</u>	<u>16.547</u>	<u>(551)</u>	<u>(1.635)</u>	<u>(474)</u>	<u>123.304</u>

Consolidado

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização da mais valia</u>	<u>Transferências</u>	<u>Perda estimada</u>	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização da mais valia</u>	<u>Transferências</u>	<u>Perda estimada</u>	<u>2019</u>
											(a)		
<u>Custo</u>													
Terrenos	73.664	-	-	-	-	-	73.664	332	-	-	2.200	-	76.196
Edificações e instalações	140.420	423	-	(1.370)	1.244	-	140.717	123	(34)	(1.369)	27.566	-	167.003
Máquinas e equipamentos	53.600	4.427	(2.950)	(84)	(2.821)	-	52.172	52	(1.433)	(84)	14.292	-	65.099
Outros	2.885	-	(324)	-	402	-	2.963	143	(72)	-	1.114	-	4.148
Veículos	1.718	45	(351)	(302)	227	-	1.337	-	(21)	(176)	2	-	1.142
Adiantamento à fornecedores	2.817	1.415	-	-	(1.790)	-	2.442	-	(131)	-	(1.635)	-	676
Perda estimada	-	-	773	-	(773)	(119)	(119)	-	-	-	-	(465)	(584)
Imobilizado em andamento	7.208	23.437	(1)	-	(856)	-	29.788	27.673	-	-	(49.672)	-	7.789
Total do custo	<u>282.312</u>	<u>29.747</u>	<u>(2.853)</u>	<u>(1.756)</u>	<u>(4.367)</u>	<u>(119)</u>	<u>302.964</u>	<u>28.423</u>	<u>(1.691)</u>	<u>(1.629)</u>	<u>(6.133)</u>	<u>(465)</u>	<u>321.469</u>
<u>Depreciação</u>													
Edificações e instalações	(15.175)	(3.416)	-	-	-	-	(18.591)	(4.051)	11	-	4.498	-	(22.631)
Máquinas e equipamentos	(27.290)	(10.140)	1.892	-	4.367	-	(31.171)	(10.247)	891	-	-	-	(36.029)
Outros	(1.072)	(448)	100	-	-	-	(1.420)	(321)	28	-	-	-	(1.713)
Veículos	(674)	(57)	344	-	-	-	(387)	(161)	27	-	-	-	(521)
Total da depreciação	<u>(44.211)</u>	<u>(14.061)</u>	<u>2.336</u>	<u>-</u>	<u>4.367</u>	<u>-</u>	<u>(51.569)</u>	<u>(14.780)</u>	<u>957</u>	<u>-</u>	<u>4.498</u>	<u>-</u>	<u>(60.894)</u>
Total líquido	<u>238.101</u>	<u>15.686</u>	<u>(517)</u>	<u>(1.756)</u>	<u>-</u>	<u>(119)</u>	<u>251.395</u>	<u>17.384</u>	<u>(734)</u>	<u>(1.629)</u>	<u>(1.635)</u>	<u>(465)</u>	<u>260.575</u>

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 reclassificamos o saldo de R\$1.635 da rubrica de adiantamento à fornecedores para o grupo de contas "fornecedores". Vide nota explicativa nº 26.

A Administração da Companhia e sua controlada entendem que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras. A Companhia e sua controlada efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado e concluiu que as taxas utilizadas refletem a vida útil estimada dos bens.

Análise do valor recuperável

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a revisão do valor recuperável dos seus ativos utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 11,56% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou provisão para perda do valor recuperável.

11. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ágio na aquisição de investimento (a)	-	-	177.727	177.727
Ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios (b)	-	-	20.791	22.550
Softwares (c)	<u>7.361</u>	<u>5.622</u>	<u>7.644</u>	<u>6.120</u>
Total	<u>7.361</u>	<u>5.622</u>	<u>206.162</u>	<u>206.397</u>

- (a) Ágio pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz Ltda., alocado como rentabilidade futura.
- (b) Ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A composição dos valores identificados e respectivas vidas úteis estão demonstradas a seguir:

	Vida útil	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
		<u>Valor</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
Carteira de clientes	11	27.179	(6.950)	20.229	21.803
Acordo de não competição	5	<u>1.381</u>	<u>(819)</u>	<u>562</u>	<u>747</u>
		<u>28.560</u>	<u>(7.769)</u>	<u>20.791</u>	<u>22.550</u>

- (c) Referem-se principalmente aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software cuja vida útil é de cinco anos (amortização de 20% ao ano).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do intangível (controlada e consolidado), apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.537	207.286
Adições	2.750	2.751
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.759)
Amortização softwares	<u>(1.665)</u>	<u>(1.881)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.622	206.397
Adições	3.741	3.741
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.759)
Amortização softwares	<u>(2.002)</u>	<u>(2.217)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.361</u>	<u>206.162</u>

12. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Nacionais	25.014	27.820	32.128	33.763
Estrangeiros	2.687	9.977	2.687	12.945
Outros	84	4.972	84	4.972
	<u>27.785</u>	<u>42.769</u>	<u>34.899</u>	<u>51.680</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda	Vencimento	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
			<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimo externo 4131	US\$	Nov./20	15.647	11.554	15.647	17.754
FINIMP	R\$ e US\$	Ago./21	10.096	-	30.179	20.134
NCE	R\$	Jan./21	24.842	7.500	31.763	7.500
Investimento	R\$	Ago./21	-	-	2.572	4.115
CDCA	R\$	Nov./20	15.112	10.084	15.112	10.084
Investimento e capital de giro	US\$	Jan./25	81.201	77.897	81.201	77.897
			<u>146.898</u>	<u>107.035</u>	<u>176.474</u>	<u>137.484</u>
Classificados em:						
Circulantes			75.013	25.743	98.021	47.695
Não circulantes			71.885	81.292	78.453	89.789
			<u>146.898</u>	<u>107.035</u>	<u>176.474</u>	<u>137.484</u>

13.1. Termos, características e condições

- Empréstimo externo 4131 – empréstimos em moeda estrangeira que possuem contratos de “swap”.

Um dos empréstimos dessa modalidade, cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019, na controladora e consolidado é de R\$10.242 (31 de dezembro de 2018, R\$11.554) foi dado como garantia ativo imobilizado no valor de R\$18.690 (controladora e consolidado). Em 31 de dezembro de 2018 foi dado garantia no valor de R\$19.671 (controladora e consolidado).

- FINIMP - são financiamentos para importações que, quando em moeda estrangeira, possuem contratos de “swap”.
- Investimento - financiamento, através de linhas de créditos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), das plantas de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina/SC, tendo como garantia alienação fiduciária de terrenos, máquinas e equipamentos e edificações, no montante de R\$16.969, cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019 na Controladora e Consolidado é de R\$2.572 (31 de dezembro de 2018, R\$4.115).
- Investimento e capital de giro - contrato assinado entre a Companhia, sua controlada Agro Industrial São Luiz Ltda., Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad (“Paribara”), acionista controlador da Companhia e o “International Finance Corporation - IFC”, no valor de US\$40.000 (sendo US\$20.000 para Companhia e US\$20.000 para Paribara), tendo como avalista a parte relacionada Cibra Trading Inc. A Paribara é responsável pela garantia em aplicação financeira - “cash colateral”.

- NCE: são Notas de Crédito à Exportação.
- CDCA: são Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio.

As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos com terceiros variam de acordo com as linhas de crédito conforme demonstrativo a seguir:

<u>Linha de crédito</u>	<u>Taxas de juros (a.a.)</u>
Empréstimos externo 4131	CDI +4,50% a 16,95%
FINIMP	CDI +3,5% a 12,84%
NCE	7,44% a 9,64%
Investimento	8%
CDCA	CDI + 3,15%
Investimento e capital de giro	2,3% + Libor

13.2. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	93.016	123.528
Juros e variações monetárias provisionados	18.546	23.363
Captação de empréstimos e financiamentos	17.500	36.756
Amortização de principal	(18.608)	(40.978)
Amortização de juros	(3.641)	(5.407)
Amortização de custos de captação	222	222
Saldo em 31 de dezembro de 2018	107.035	137.484
Juros e variações monetárias provisionados	12.221	15.407
Captação de empréstimos e financiamentos	49.370	62.121
Amortização de principal	(14.048)	(28.192)
Amortização de juros	(7.902)	(10.568)
Amortização do custo de captação	222	222
Saldo em 31 de dezembro de 2019	146.898	176.474

13.3. Escalonamento da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2019 apresentam a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	16.132	22.700
2022	15.901	15.901
2023	15.091	15.901
2024 em diante	23.951	23.951
	71.885	78.453

13.4. Cláusulas restritivas ("covenants" financeiros)

Exceto pelo financiamento com o IFC, não há cláusulas financeiras restritivas nos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos contratos vigentes.

O financiamento junto ao IFC possui cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros que são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador da Companhia.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

Controladora

	Imposto de renda e contribuição social	
	2019	2018
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(60.217)	(99.602)
Alíquota do imposto	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	20.474	33.865
Adições (exclusões) permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(10.228)	(9.141)
Amortização da mais-valia	(1.152)	(1.195)
Variação cambial	2.682	(1.133)
Subvenção para investimento	3.837	3.681
Demais ajustes	1.801	(1.149)
Prejuízo fiscal não constituído	(7.363)	(19.471)
Crédito de imposto de renda e contribuição social no resultado (diferidos)	10.051	4.918

Consolidado

	Imposto de renda e contribuição social	
	2019	2018
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(61.206)	(98.850)
Alíquota do imposto	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	20.810	33.609
Adições (exclusões) permanentes:		
Variação cambial	1.931	(212)
Subvenção para investimento	3.837	3.681
Demais ajustes	4.287	(3.266)
Prejuízo fiscal não constituído	(17.894)	(29.039)
Crédito de imposto de renda e contribuição social no resultado (diferidos)	11.040	4.166

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>		
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	47.834	49.958
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	828	482
Custo atribuído - "deemed cost"	(4.596)	(4.789)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	5.234	3.328
Instrumentos financeiros derivativos	7.237	50
Outros	<u>5.702</u>	<u>3.159</u>
	<u>62.239</u>	<u>52.188</u>

Consolidado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>		
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	79.212	80.432
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.485	1;031
Custo atribuído - "deemed cost"	(4.596)	(4.789)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	5.234	3.328
Instrumentos financeiros derivativos	7.227	(2.489)
Outros	<u>6.537</u>	<u>807</u>
Total	<u>95.099</u>	<u>84.059</u>

A estimativa de realização dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais é a seguinte:

Controladora

<u>Ano</u>	<u>2019 (*)</u>
2020	3.333
2021	4.425
Após 2022	<u>34.824</u>
Total	<u>42.582</u>

Consolidado

<u>Ano</u>	<u>2019 (*)</u>
2020	4.426
2021	5.643
Após 2022	<u>66.098</u>
Total	<u>76.167</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R\$249.153 (31 de dezembro de 2018, R\$225.856). Embora a Companhia e sua controlada não tenham reconhecido imposto diferido ativo sobre a totalidade do saldo de prejuízos fiscais, os mesmos não possuem prazos de prescrição, todavia, podem ser computados somente até o limite de 30% do lucro tributável anual de acordo com a legislação vigente.

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2019 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 05 (R1). Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

15.1. Saldo e transações com partes relacionadas

	Controladora				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Passivos	Vendas	Ajuste a valor	Varição Cambial
	Cientes	Fornecedores	/(compras)	presente	líquida
Agro Industrial São Luiz Ltda.	39.291	-	(a) 7.681	-	-
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad	556	-	-	-	-
Cibra Trading Inc.	-	(568.375)	(b) (1.030.469)	(23.562)	(40.586)
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>39.847</u>	<u>(568.375)</u>	<u>(1.022.608)</u>	<u>(23.562)</u>	<u>(40.586)</u>
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>41.646</u>	<u>(502.681)</u>	<u>(815.685)</u>	<u>(19.553)</u>	<u>(69.796)</u>

	Consolidado				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Fornecedores	Compras	Ajuste a valor	Varição Cambial
				presente	líquida
Cibra Trading Inc.	-	(846.994)	(b) (1.382.935)	(31.148)	(55.323)
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad	556	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>556</u>	<u>(846.994)</u>	<u>(1.382.935)</u>	<u>(31.148)</u>	<u>(55.323)</u>
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>556</u>	<u>(697.069)</u>	<u>(1.220.966)</u>	<u>(29.638)</u>	<u>(109.716)</u>

(a) As transações mantidas com a controlada Agro Industrial São Luiz Ltda. referem-se a compra e venda de produtos, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.

(b) As transações mantidas na rubrica de fornecedores referem-se a compras de matéria-prima no exterior, basicamente em dólar, utilizadas no processo industrial da Companhia, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses e não terão adição de juros. São registradas ao valor presente, conforme pronunciamento técnico CPC 12, e corrigidos à taxa de juros média equivalente a 5% a.a. (31 de dezembro de 2018, 4% a.a.).

15.2 Honorários da Administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor de operações e diretor de recursos humanos.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Remuneração dos diretores	(2.604)	(1.876)
Encargos sociais de diretores	(838)	(711)
Participação nos resultados	-	(1.730)
Previdência e outros benefícios	(358)	(800)
	<u>(3.800)</u>	<u>(5.117)</u>

Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorários da Administração". Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos e não possuem benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.048	2.116
Constituição de provisão	<u>372</u>	<u>431</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.420	2.547
Constituição de provisão	<u>1.089</u>	<u>1.062</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.509</u>	<u>3.609</u>

Em 31 de dezembro de 2019 as causas cujo prognóstico de perda foi classificado como provável montavam R\$3.509 na controladora (31 de dezembro de 2018 R\$2.420) e R\$3.609 no consolidado (31 de dezembro de 2018, R\$2.547) e se referem a demandas trabalhistas, cíveis e fiscais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em processos trabalhistas e cíveis, os quais possuíam expectativas de perda consideradas possíveis, nos montantes de R\$2.243 (em 31 de dezembro de 2018 R\$904) Consolidado e R\$1.727 - Controladora (em 31 de dezembro de 2018 R\$1.663) e R\$32.401 (controladora e consolidado), respectivamente, de acordo o posicionamento de seus assessores jurídicos. Por este motivo não foi reconhecida qualquer provisão contábil naquela data.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio.

16.1. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, o Consolidado possui depositado em juízo o montante de R\$204 (em 31 de dezembro de 2018 R\$388). A Controladora possuía, na mesma data, R\$149(em 31 de dezembro de 2018 R\$171), conforme demonstrado a seguir:

<u>Natureza dos depósitos</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas	149	166	173	249
Outros	-	5	31	139
	<u>149</u>	<u>171</u>	<u>204</u>	<u>388</u>

17. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação do direito de uso e do arrendamento mercantil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

Ativo de direito de uso - Edificações

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	3.387	5.920
Baixas	(31)	31
Amortização	<u>(1.154)</u>	<u>(1.602)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.202</u>	<u>4.287</u>

Arrendamento mercantil - Edificações

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019	3.387	5.920
Juros	306	569
Baixas	(38)	(38)
Pagamentos	<u>(1.244)</u>	<u>(1.828)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.411</u>	<u>4.623</u>
Classificados em:		
Circulantes	639	1.037
Não circulantes	<u>1.772</u>	<u>3.586</u>
Total	<u>2.411</u>	<u>4.623</u>

Na adoção do IFRS16 a Administração da Empresa reconheceu como passivo o arrendamento mercantil, mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes descontados por meio da taxa média ponderada incremental de empréstimos e financiamentos da Empresa na data da adoção, equivalente a 12,26% a.a.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se a adiantamentos realizados por clientes, visando garantir o preço e entrega dos produtos para safras vindouras, sendo na controladora o montante de R\$73.329 (31 de dezembro de 2018 R\$61.243) e no consolidado R\$91.536 (31 de dezembro de 2018, R\$89.419).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 16 de setembro de 2018, a Sirius Minerals PLC ("Sirius") adquiriu 30% de participação da Companhia sem haver emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas pela Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad e pela Sirius Minerals PLC (acionistas controladores).

Em 19 de julho de 2019, a Sirius Minerals PLC transferiu os 30% de participação que detinha da Companhia em favor do novo acionista York Potash Ltd.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas pela Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad e pela York Potash Ltd. (acionistas controladores).

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

19.1. Natureza e propósito das reservas

19.1.1 Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de incentivo fiscal

Refere-se a incentivo fiscal de imposto de renda sobre o lucro da exploração. O imposto de renda é contabilizado incluindo a parcela de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à redução desse tributo registrado a crédito do resultado do exercício e a débito na conta de impostos a pagar. Quando da apuração do resultado, o montante correspondente ao incentivo é transferido da rubrica "Lucros acumulados" para a conta específica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais", no patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não apresentou lucro tributável, motivo pelo qual não houve apuração de incentivo fiscal.

- Reserva de retenção de lucros

A Companhia não apresentou lucro para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

19.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Durante o exercício de 2010, a Companhia, através de especialistas contratados, procedeu a avaliação de seus terrenos e edificações atribuindo a elas um novo custo e uma nova vida útil, conforme facultado na interpretação técnica ICPC 10. O efeito dessa avaliação à época foi reconhecido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, deduzido dos efeitos tributários futuros, sendo a realização dessa reserva efetuada à medida que os bens sejam depreciados e/ou alienados.

19.3. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2019, não há dividendos declarados.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas	1.619.225	1.350.471	2.053.629	1.811.929
ICMS incidente sobre vendas	(13.410)	(10.585)	(14.544)	(12.365)
Devoluções e abatimentos concedidos	(17.590)	(8.349)	(19.978)	(10.554)
Outras deduções	-	-	(264)	(591)
	<u>1.588.225</u>	<u>1.331.537</u>	<u>2.018.843</u>	<u>1.788.419</u>

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, vendeu 1.150.050 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2018, 1.105.116 toneladas). No consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram vendidas 1.471.857 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2018, 1.464.329 toneladas).

Subvenções governamentais - ICMS

- (i) A Companhia usufrui de incentivo denominado "ICMS - Desenvolve" que dilata o prazo de pagamento de parte do imposto devido, mas concede desconto se pago à vista. A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi de R\$11.160 (31 de dezembro de 2018, R\$10.774). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.
- (ii) A Companhia usufrui de incentivo denominado de "Crédito Outorgado" equivalente a 5% da base de cálculo das saídas interestaduais com venda de fertilizantes. A parcela correspondente ao crédito de 5% sobre as saídas com venda de fertilizante foi de R\$125 (31 de dezembro de 2018, R\$53). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.

21. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas	(1.334.307)	(1.077.287)	(1.709.269)	(1.440.056)
Serviços prestados	(60.327)	(55.588)	(83.408)	(77.672)
Pessoal	(41.955)	(54.242)	(55.516)	(66.387)
Frete	(57.081)	(74.446)	(63.631)	(85.253)
Materiais diversos de manutenção	(2.635)	(2.968)	(4.662)	(4.981)
Depreciação e amortização	(14.377)	(11.649)	(18.599)	(15.942)
Embalagens	(8.119)	(5.865)	(15.030)	(12.347)
Impostos e taxas	(2.305)	(3.393)	(2.748)	(3.951)
Viagens	(2.370)	(2.303)	(2.703)	(2.540)
Seguros	(85)	(604)	(524)	(1.004)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(4.968)	(4.437)	(9.144)	(8.450)
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	-	-	(3.388)	(3.514)
Constituição (reversão) de perda estimada com devedores duvidosos	(1.018)	3.721	(1.275)	3.211
Constituição (reversão) para perda estimada na realização de outros ativos	134	(270)	(44)	960
Perda efetiva de outros ativos	(379)	-	(661)	(955)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(1.089)	(372)	(1.062)	(431)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(544)	141	(727)	(517)
Perda estimada em ativo imobilizado	(474)	(76)	(465)	(119)
Ganho com vendas de imobilizado	95	-	139	487
Despesas com gás, água e energia	(8.770)	(14.514)	(10.080)	(16.294)
Outros (custos e despesas) receitas	(5.476)	9.128	(6.072)	7.913
Total	(1.546.090)	(1.295.024)	(1.988.403)	(1.727.840)
Custo dos produtos vendidos	(1.510.677)	(1.263.341)	(1.941.046)	(1.683.906)
Gerais e administrativas	(19.073)	(14.149)	(27.096)	(22.805)
Despesas comerciais	(14.731)	(7.443)	(19.225)	(13.348)
Honorários da administração	(3.800)	(5.117)	(3.800)	(5.117)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.191	(4.974)	2.764	(2.664)
	(1.546.090)	(1.295.024)	(1.988.403)	(1.727.840)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de juros	966	1.973	1.061	2.519
Ajuste a valor presente	3.609	3.269	4.056	3.552
Outras receitas financeiras	44	15	57	238
	4.619	5.257	5.174	6.309

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesas bancárias/IOF	(2.826)	(2.514)	(4.295)	(2.844)
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	(306)	-	(569)	-
Ajuste a valor presente	(23.562)	(19.553)	(31.148)	(29.638)
Despesa de juros	(8.576)	(4.785)	(11.399)	(6.734)
Outras despesas financeiras	(3.987)	(528)	(3.987)	(528)
	<u>(39.257)</u>	<u>(27.380)</u>	<u>(51.398)</u>	<u>(39.744)</u>
<u>Variação cambial</u>				
Instrumento financeiro derivativo - líquido	(5.502)	(5.978)	(5.499)	(11.039)
Variação cambial ativa	16.673	15.472	19.948	20.569
Variação cambial passiva	(42.027)	(93.086)	(59.871)	(135.524)
	<u>(30.856)</u>	<u>(83.592)</u>	<u>(45.422)</u>	<u>(125.994)</u>
Total resultado financeiro	<u>(65.494)</u>	<u>(105.715)</u>	<u>(91.646)</u>	<u>(159.429)</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Controladora				Controladora			
	2019				2018			
	Empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos mensurados pelo custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
<u>Ativos financeiros</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	26.372	-	-	26.372	11.506	-	-	11.506
Contas a receber de clientes	47.886	-	-	47.886	64.304	-	-	64.304
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	5.887	-	5.887
Total dos ativos	74.258	-	-	74.258	75.810	5.887	-	81.697
<u>Passivos financeiros</u>								
Fornecedores	-	-	27.785	27.785	-	-	42.769	42.769
Empréstimos e financiamentos	-	-	146.898	146.898	-	-	107.035	107.035
Partes relacionadas	-	-	568.375	568.375	-	-	502.681	502.681
Instrumentos financeiro derivativo	-	21.285	-	21.285	-	-	-	-
Total dos passivos	-	21.285	743.058	764.343	-	-	652.485	652.485
	Consolidado				Consolidado			
	2019				2018			
	Empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos mensurados pelo custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
<u>Ativos financeiros</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	27.515	-	-	27.515	14.202	-	-	14.202
Contas a receber de clientes	56.973	-	-	56.973	77.970	-	-	77.970
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	7.321	-	7.321
Total dos ativos	84.488	-	-	84.488	92.172	7.321	-	99.493
<u>Passivos financeiros</u>								
Fornecedores	-	-	34.899	34.899	-	-	51.680	51.680
Empréstimos e financiamentos	-	-	176.474	176.474	-	-	137.484	137.484
Partes relacionadas	-	-	846.994	846.994	-	-	697.069	697.069
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.008	-	21.008	-	-	-	-
Total dos passivos	-	21.008	1.058.367	1.079.375	-	-	886.233	886.233

23.2. Valor contábil “versus” valor justo

Para todas as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

23.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação na taxa de câmbio são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

Os riscos de negócio identificados incluem principalmente:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial decorrente de ativos e de passivos, tais como: estoques, empréstimos, fornecedores no exterior, entre outros.

A política de gestão de riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio e taxas de juros.

A utilização de derivativos é consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos são utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados pela política da Companhia e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

a) Risco de crédito

A Companhia e sua controlada podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de mercadorias. Para reduzir esse risco, a Companhia concede créditos aos clientes com base na política interna de crédito e cobrança.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	26.372	11.506	27.515	14.202
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	47.886	64.304	56.973	77.970
	<u>74.258</u>	<u>75.810</u>	<u>84.488</u>	<u>92.172</u>

Visando minimizar o risco de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras com "rating" de risco acima da categoria A. Esses "ratings" foram instituídos pelas agências de risco Fitch Ratings, S&P e Moody's.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Menos de um ano</u>	<u>Mais de um ano</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>				
Fornecedores	27.785	-	34.899	-
Empréstimos e financiamentos	75.013	71.885	98.021	78.453
Total	<u>102.798</u>	<u>71.885</u>	<u>123.920</u>	<u>78.453</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Menos de um ano</u>	<u>Mais de um ano</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>				
Fornecedores	42.769	-	51.680	-
Empréstimos e financiamentos	25.743	81.292	47.695	89.789
Total	<u>68.512</u>	<u>81.292</u>	<u>99.375</u>	<u>89.789</u>

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos, moedas e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias-primas importadas, bem como pela captação de empréstimos e financiamentos lastreados em moeda estrangeira (US\$), e contas a receber indexada em dólar. Para medir o impacto econômico de variações cambiais, foram efetuados cenários a seguir em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2019.

i) Análise de sensibilidade-risco cambial de dólar norte-americano

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2019 - R\$4,0307	Exposição 31/12/2019	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-25%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Clientes	47.886	35.915	23.943	59.858	71.829
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(25.743)	(19.307)	(12.872)	(32.179)	(38.615)
Partes relacionadas	(568.375)	(426.281)	(284.188)	(710.469)	(852.563)
Fornecedores externos	(2.687)	(2.015)	(1.344)	(3.359)	(4.031)
Efeito líquido	<u>(548.919)</u>	<u>(411.688)</u>	<u>(274.461)</u>	<u>(686.149)</u>	<u>(823.380)</u>

Consolidado

Cotação em 31/12/2019 - R\$4,0307	Exposição 31/12/2019	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Clientes	56.973	42.730	28.487	71.216	85.460
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(39.750)	(29.815)	(19.875)	(49.688)	(59.625)
Partes relacionadas	(846.994)	(635.246)	(423.497)	(1.058.743)	(1.270.491)
Fornecedores externos	(2.687)	(2.015)	(1.344)	(3.359)	(4.031)
Efeito líquido	<u>(832.458)</u>	<u>(642.344)</u>	<u>(416.229)</u>	<u>(1.040.574)</u>	<u>(1.248.687)</u>

ii) Análise de sensibilidade-risco taxa de juros

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações das taxas de juros de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Exposição 31/12/2019	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
				Controladora			
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	25.836	CDI	3,9%	25.585	25.333	26.087	26.339
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(32.453)	CDI	3,9%	(31.901)	(31.350)	(32.769)	(33.084)
Empréstimos e financiamentos	(65.261)	Libor	1,84%	(95.202)	(93.955)	(98.494)	(100.141)
Total	(71.878)			(71.277)	(70.678)	(72.243)	(74.225)
Consolidado							
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	26.410	CDI	3,9%	26.153	25.896	26.667	26.924
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(46.460)	CDI	3,9%	(46.008)	(45.556)	(46.912)	(47.364)
Empréstimos e financiamentos	(96.848)	Libor	1,84%	(96.402)	(95.957)	(97.294)	(97.739)
Total	(116.898)			(116.257)	(115.617)	(117.539)	(118.179)

iii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

	Exposição em 31/12/2019	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
		Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$4,0307	R\$3,023	R\$2,015	R\$5,038	R\$6,046
"Hedge/NDFs"	(20.757)	(15.568)	(10.379)	(25.946)	(31.136)
"Swap"	(528)	(396)	(264)	(660)	(792)
	(21.285)	(15.964)	(10.643)	(26.606)	(31.928)

Consolidado

	Exposição em 31/12/2019	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
		Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$4,0307	R\$3,023	R\$2,015	R\$5,038	R\$6,046
"Hedge/NDFs"	(20.510)	(15.383)	(10.255)	(25.638)	(30.765)
"Swap"	(498)	(374)	(249)	(623)	(747)
	(21.008)	(15.756)	(10.504)	(26.260)	(31.512)

23.4. Hierarquia de valor justo

Para o valor justo, mensurado e reconhecido no balanço, a IFRS 7, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, requer a abertura para cada classe de instrumentos financeiros derivativos, bem como o seu valor justo mensurado. Para este fim, o pronunciamento, requer que a Companhia classifique seus instrumentos financeiros derivativos de acordo com as classes demonstradas abaixo, observando a importância e relevância dos "inputs" usados para a mensuração:

- Nível 1: valor justo obtido diretamente por cotações em mercados ativos.

- Nível 2: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na Companhia. A Companhia evidencia a seguir, os seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

<u>Controladora</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>					
<u>Passivos:</u>					
NDFs	23.5	-	(20.757)	-	(20.757)
"Swap"	23.5	-	(528)	-	(528)
Total dos ativos		-	(21.285)	-	(21.285)
<u>Consolidado</u>					
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>					
<u>Passivos:</u>					
NDFs	23.5	-	(20.510)	-	(20.510)
"Swap"	23.5	-	(498)	-	(498)
Total dos ativos		-	(21.008)	-	(21.008)

23.5. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e não são utilizados para fins especulativos, com vencimento em abril de 2019.

Controladora

	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>Valor nocional</u>		<u>Valor justo</u>	<u>Valor nocional</u>		<u>Valor justo</u>
	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>		<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	
"Swap"	6.387	25.743	(528)	5.500	12	1.938
NDFs	141.500	570.344	(20.757)	96.000	371.981	3.949
Total ativo (passivo)			(21.285)			5.887

Consolidado

	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>Valor nocional</u>		<u>Valor justo</u>	<u>Valor nocional</u>		<u>Valor justo</u>
	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>		<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	
"Swap"	9.862	39.750	(498)	13.834	14.210	3.478
NDFs	144.500	582.436	(20.510)	119.500	463.039	3.843
Total ativo (passivo)			(21.008)			7.321

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando o valor justo desses instrumentos.

Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Marcação a mercado de "swap"	(2.466)	1.438	(2.113)	2.540
Marcação a mercado de NDFs	(24.706)	(1.291)	(26.216)	(4.780)
Perdas (ganhos) realizados líquidos de NDFs	<u>21.670</u>	<u>(6.125)</u>	<u>22.830</u>	<u>(8.799)</u>
	<u>(5.502)</u>	<u>(5.978)</u>	<u>(5.499)</u>	<u>(11.039)</u>

24. SEGUROS

Abaixo demonstramos os seguros atualmente contratados pela Empresa, assim como sua cobertura:

<u>Risco</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vencimento</u>
Risco operacional	R\$150.000	28/06/2020
Responsabilidade civil	R\$8.000	30/04/2020
D&O	R\$28.000	30/04/2020
Transporte internacional	US\$10.000	31/08/2020
Vida	Múltiplo Salarial 24x	31/12/2020
Seguro garantia	2.829	25/09/2022

25. COMPROMISSOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contratos firmados de venda de mercadorias	157.238	25.308	221.916	134.813
Contratos firmados de compra de matéria-prima	235.815	218.883	251.910	327.713

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2019

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$23.764 (controladora) e R\$31.472 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R\$3.387 (controladora) e R\$5.920 (consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 17.
- Reclassificação de adiantamentos à fornecedores entre a rubrica "imobilizado" e a rubrica de "fornecedores", no montante de R\$1.635 (controladora e consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2018

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$21.278 (controladora) e R\$31.293 (consolidado).
- Transferência de saldo de R\$1.624 (controladora e consolidado) da rubrica "Contas a receber de clientes" para a rubrica "Propriedade para investimento", conforme descrito na nota explicativa nº 9.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

- a) Em 20 de janeiro de 2020, os diretores da Sirius Minerals PLC, Anglo American PLC ("Anglo American") e Anglo American Projects UK Limited ("Bidco") anunciaram o acordo de aquisição da Sirius pela Bidco.
- b) O COVID -19 vem gerando mudanças nos mercados e como consequencia a taxa de dólar se valorizou em relação à data base do relatório de 31 de dezembro de 2019 em 27%. A taxa de câmbio comercial passou de R\$4.010 em 31 de dezembro de 2019 para R\$5.098 no dia anterior à emissão dessas demonstrações financeiras, em 20 de março de 2020.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e avaliando os possíveis impacto que podem ser gerado nas operações.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 20 de março de 2020.
